

Haddad quer Justiça ágil e os impostos das empresas para financiar a saúde

por Adriana Lins
de Brasília

Em seu discurso em cadeia nacional de televisão e de rádio, o ministro da Saúde, Jamil Haddad, fez ontem um apelo aos empresários para que paguem os tributos e ao Judiciário para que julgue "o mais rápido possível" a liberação de recursos depositados na Justiça. No total são US\$ 7,5 bilhões "sub judice" correspondentes a ações protelatórias de recolhimentos do Finsocial e do Cofins, contribuições responsáveis por mais da metade da receita do Ministério da Saúde.

"É justo impedir que esses recursos cheguem aos hospitais, aos doentes que estão precisando de assistência médica?", colocou Haddad em seu discurso. O ministro da Saúde pediu aos empresários que desistam das ações na Justiça e desembolsem os recursos diretamente na Saúde e na Previdência.

Para pagar os 6 mil hospitais conveniados do SUS, que ameaçaram, por falta de verba, suspender o atendimento, o ministro explicou o empréstimo feito ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) de Cr\$ 35 trilhões. "O FAT, pela segunda vez em oito meses, socorre a saúde", destacou Haddad. Em outros tempos, o governo teria emitido moeda, alimentando a máquina inflacionária", continuou.

O ministro defendeu a municipalização da saúde com a implantação dos conselhos estaduais e municipais. "Estamos partilhando recursos e dividindo responsabilidades", afirmou Haddad. Com o pagamento dos hospitais, o ministro pediu à população que fiscalize o atendimento dos hospitais para controlar "a aplicação do dinheiro que os contribuintes recolhem com tanto sacrifício, em forma de impostos".

PAGAMENTO DE DÍVIDAS

O senador Elcio Álvares, da comissão especial que estuda fontes de recursos para a saúde, também foi à televisão ontem prestar esclarecimentos sobre a questão da saúde no País. Lembrou que no relatório da comissão enviado ao presidente Itamar Franco pedindo soluções urgentes, a primeira medida já foi atendida, com pagamento das contas atrasadas da saúde referentes a abril e maio deste ano.



Jamil Haddad

Através de medida provisória editada pela Presidência da República ficou garantido o pagamento dos 35 trilhões de contas. O senador lembrou que o próprio presidente Itamar assegura prioridade do governo à solução dos problemas sociais. Álvares afirmou que o Congresso também está empenhado em promover "dias melhores" para a saúde no País.

Outra medida sugerida pela comissão, segundo o senador, foi o corte dos gastos com investimentos no orçamento da saúde do próximo ano. A sugestão é que as verbas sejam remanejadas para garantir o pagamento das aposentadorias e dos serviços de saúde. Para isso, a comissão sugeriu também que seja mantido em dia o repasse de 15,5% dos recursos da previdência para a saúde.

Álvares defendeu a descentralização do sistema para facilitar o acesso da população. "Saúde é um direito de todos e um dever do Estado", afirmou.

O empresário Antônio Ermírio de Moraes — um dos proprietários do grupo Votorantim, maior grupo privado nacional — também fez um apelo aos empresários que paguem o Cofins, que financia a saúde. Ele falou da sonegação desse imposto pelo setor privado, que deixa a saúde sem socorros. "Não me lembro de ter visto uma crise tão grave", colocou o empresário, que faz parte da comissão especial, criada no dia 17 de junho, para alternativas de custeio da saúde brasileira. Antônio Ermírio de Moraes colocou ainda a "sinceridade" que tem passado esse governo a toda a sociedade brasileira e repetiu o pedido feito anteriormente pelo ministro da Saúde, Jamil Haddad: "Estamos precisando que vocês paguem os impostos".